

O ENSINO MÉDIO COMO UM FILTRO PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS DESIGUALDADES POR REGIÃO E COR/RAÇA

Amélia Artes – FCC

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise do ensino médio como um limitador do acesso ao ensino superior, tendo por foco os percursos escolares na educação básica e as possibilidades de acesso ao ensino superior, em especial os cursos de graduação, a partir da análise das variáveis de cor/raça e distribuição regional da população brasileira. O estudo utiliza-se das bases dos censos demográficos de 2000 e 2010 e indica a expansão do ensino no Brasil nas suas diferentes etapas, da educação básica ao ensino superior. Esta é uma realidade perceptível, mensurável e indiscutível, mas que guarda diferenciais importantes nos recortes de distribuição regional e por cor/raça dos grupos. O ensino médio, como etapa obrigatória para o acesso ao ensino superior deve ser investigado em seus aspectos de oferta e qualidade do atendimento ofertado com vistas a uma condição equitativa de acesso as etapas subsequentes, neste caso, graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: ensino superior, ensino médio, relações raciais, distribuição regional, indicadores educacionais.

O ENSINO MÉDIO COMO UM FILTRO PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS DESIGUALDADES POR REGIÃO E COR/RAÇA

Este trabalho apresenta uma análise do ensino médio como um limitador do acesso ao ensino superior, tendo por foco os percursos escolares na educação básica e as possibilidades de acesso ao ensino superior, em especial os cursos de graduação, a partir da análise das variáveis de cor/raça e distribuição regional da população brasileira. O estudo utiliza-se das bases dos censos demográficos de 2000 e 2010 e indica a expansão do ensino no Brasil nas suas diferentes etapas, da educação básica ao ensino superior. Esta é uma realidade perceptível, mensurável e indiscutível, mas que guarda diferenciais importantes nos recortes de distribuição regional e por cor/raça dos grupos. Essas

diferenças repercutem no perfil do público que acessa às etapas mais elevadas de escolarização, neste caso, graduação e pós-graduação.

Diferenciais de acesso à educação por região e cor/raça

As assimetrias por cor/raça e sexo na educação brasileira têm sido objeto de reflexão de vários autores nos últimos trinta anos: Hasenbalg (1979); Valle Silva e Hasenbalg (2000); Henriques (2001); Beltrão e Teixeira (2004); Paixão (2010); Rosenberg e Madsen (2011), entre outros. A literatura indica que as desigualdades de acesso, progressão e conclusão para as diferentes etapas da educação básica e do ensino superior são demarcadas dentre outros fatores, pela variável cor/raça: de forma geral, os indicadores educacionais encontrados para negros¹ estão muito aquém dos observados para brancos. As defasagens entre indicadores educacionais de negros e brancos estão presentes desde a primeira etapa do sistema educacional brasileiro e devem ser estudadas na interface com outros marcadores sociais como sexo, região de moradia, renda e faixa de idade.

O material sob análise são os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Esta década demarca a ampliação de experiências de ação afirmativa no ensino superior oficializadas pelo Estado, tanto em instituições de ensino públicas como privadas. A comparação entre os censos permite a análise da participação dos negros no acesso e conclusão do ensino superior antes e depois do incremento das políticas públicas de ações afirmativas², e a identificação de um conseqüente aumento de candidatos negros ao ensino superior.

O principal quesito do questionário do censo utilizado foi cor/raça, *a sua cor ou raça é*, com opções de resposta: *branca, preta, amarela, parda e indígena*. O termo “negro” como já indicado considera a somatória dos valores encontrados para pretos e pardos. Seu uso facilita as análises propostas e apoia-se em indicadores sociais, descritos na literatura, que indicam uma aproximação entre os valores encontrados para pretos e pardos. Adotamos o conceito de raça conforme Guimarães (2002), para quem raça é uma categoria socialmente constituída:

¹ O termo “negro” indica a somatória dos valores encontrados para pretos e pardos.

² Os projetos e propostas de ação afirmativa têm por público alvo além dos negros, os autodeclarados indígenas. Pelo restrito número de indígenas no geral da população (0,7%) e pela diversidade de perfis e demandas para seu atendimento, sua caracterização não será descrita neste estudo.

(...) não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo, mas também é categoria analítica indispensável: a única que revela as discriminações e desigualdades que a noção de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

A distribuição da população brasileira por cor/raça conforme os censos demográficos merece uma reflexão preliminar. Houve mudança na configuração racial entre os anos de 2000 e 2010, com maior presença de negros em relação a brancos no total da população. Para Silva (2013):

(...) pode-se falar na recuperação da participação da população negra, maioria no séc. XIX e que, no início do século passado, especialmente com o grande fluxo de imigração europeia, perdeu representatividade no contexto demográfico nacional (SILVA, 2013, p. 114).

A tabela 1 apresenta os dados dos censos de 2000 e 2010 para o quesito cor/raça.

Tabela 1 Distribuição da população geral por cor/raça e variação no período. Brasil, 2000 e 2010.

Cor/raça	População geral				Variação %
	2000		2010		
	N	%	N	%	
Branca	91.298.042	53,7	90.621.075	47,5	-0,7
Preta	10.554.325	6,2	14.351.135	7,5	36,0
Amarela	761.583	0,4	2.105.353	1,1	176,4
Parda	65.318.092	38,4	82.820.049	43,4	26,8
Indígena	734.127	0,4	821.501	0,7	11,9
Negros*	75.872.417	44,6	97.171.184	50,9	28,0
Ignorado	1.206.675		36.051		
Total	169.872.844	100,0	190.755.164	100,0	12,3

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010.

A diminuição dos que se autodeclararam brancos na população geral entre os censos de 2000 e 2010 é compensada pela ampliação dos que se declararam pretos e pardos, com um índice pouco maior para pretos (variação de 36,0%) do que para pardos (variação de 26,8%). Em 2000, os pretos e pardos representavam 44,7% e em 2010, 50,9% do universo. Esta alteração já foi detectada por outros autores a partir de resultados das PNADs, a partir de 2008. Segundo Cunha (2012):

Este fenômeno pode ser atribuído tanto a um diferencial de fecundidade – a taxa de fecundidade global das mulheres negras é de 2,1 e das brancas 1,6 filhos por mulher, no nível de reposição dos dois grupos -, e/ou pelo aumento sistemático de população que se autodeclara negra devido a um processo de conscientização da importância de assumir sua própria identidade (Cunha, 2012, p. 3).

Sergei Soares (2008) segue a mesma reflexão ao discutir a mudança na autoclassificação racial da população brasileira na última década, que não se justificaria apenas pelas alterações nas taxas de fecundidade, mas que encontraria explicação, na mudança da autoclassificação da população brasileira. Segundo o autor:

Pode-se dizer que o que está acontecendo não é que o Brasil esteja tornando-se um a nação de negros, mas, sim, que esta se assumindo como tal (SOARES, 2008, p. 116).

Neste trabalho não se aprofundará tal discussão, porém é fundamental considerá-la dado que as mudanças na distribuição de brancos e negros da população geral repercute diretamente nos índices de escolaridade apresentados adiante e deve ser considerada nas análises dos resultados encontrados por cor/raça. Assim poder-se-ia explicar, por exemplo, a melhoria dos indicadores educacionais não em virtude do aumento real da escolaridade dos negros, mas pelas alterações no processo classificatório de cor/raça das pessoas.

Na escolha das variáveis para a análise, além do quesito cor/raça, a variável sexo também assume importância pela interface entre os dois marcadores conforme descrito na literatura (ROSEMBERG, 2001; BELTRÃO e TEIXEIRA, 2004). Assim, para algumas análises realizadas os resultados são apresentados a partir de quatro subgrupos: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Outra variável explorada no estudo é a distribuição dos estudantes por região. Inicialmente, é importante observar que a distribuição da população brasileira por cor/raça se apresenta de forma diversa nas cinco regiões geográficas, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 2: distribuição por cor/raça e região. Brasil 2010.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Total
Branca	23,2	29,2	54,9	78,3	41,5	47,5
Preta	6,5	9,4	7,8	4,0	6,6	7,5
Amarela	1,1	1,2	1,1	0,7	1,5	1,1
Parda	67,2	59,8	36,0	16,7	19,4	43,4
Negro	73,7	69,2	43,8	20,7	56,0	50,9
Indígena	1,9	0,4	0,1	0,3	0,9	0,4
Ignorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	8,3	27,8	42,1	14,4	7,4	100,0

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2010.

Os negros concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam as menores taxas de cobertura para o nível superior, em especial a pós-graduação (assimetrias regionais descritas nos Planos Nacionais de Pós- Graduação - PNPg). Desta forma, os menores indicadores encontrados para negros no ensino superior brasileiro, devem ser associados também a uma menor oferta de vagas nas regiões em que eles são maioria. Os brancos são maioria nas regiões Sudeste e Sul, onde a oferta de cursos e programas é bem maior.

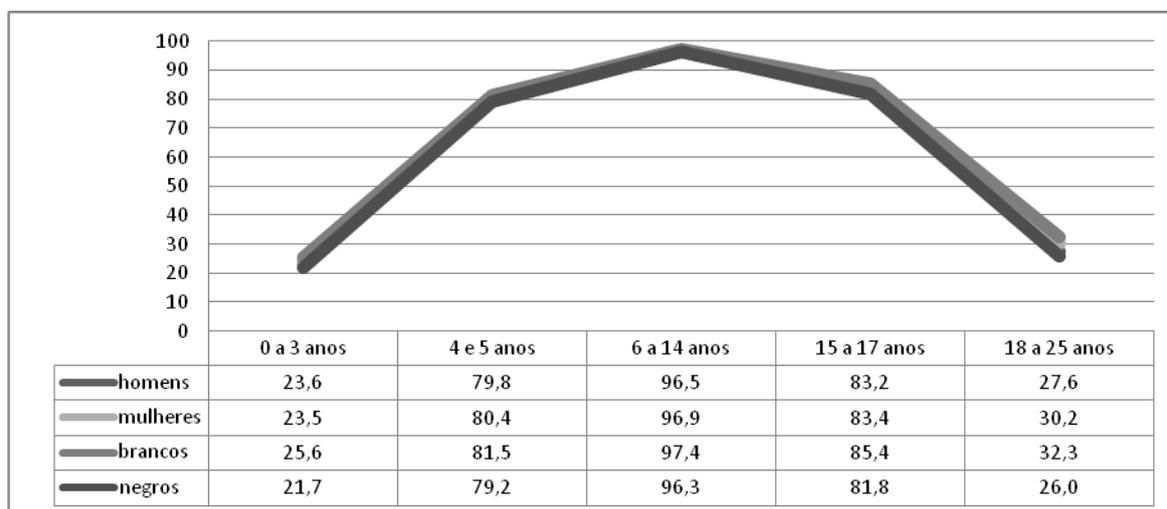
Educação básica: universalização no acesso e as assimetrias

O acesso ao ensino superior no Brasil é antecedido por 13 anos de escolaridade obrigatória³. Os diferentes percursos escolares nesse período, aqui analisados, principalmente, a partir das variáveis sexo e cor/raça, influenciam a produção de “potenciais” candidatos para os cursos do ensino superior.

³ Em 2009, com a Emenda Constitucional n. 59, a educação básica obrigatória passou a compreender a faixa etária dos 4 aos 17 anos. Estados e Municípios tem até 2016 para organizarem em suas respectivas redes de ensino, seus atendimentos.

Os gráficos 1 e 2 apresentam as taxas de frequência bruta e líquida⁴ para os que frequentam a escola, por faixas idade e etapa de escolaridade, considerando as diferenças por sexo e cor/raça

Gráfico 2. Taxa bruta de frequência à escola ou creche por sexo e cor/raça e faixas de idade. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

Observa-se no gráfico 1 uma sobreposição dos indicadores de percursos escolares independente da variável escolhida, sexo ou cor/raça. A maior diferença encontrada ocorre no ensino superior entre brancos e negros, 6,3 pontos. Analisando a Educação Infantil, apenas ¼ de brancos e 1/5 de negros frequentam a etapa inicial de escolarização, índices que sobem para 80 % na faixa de 4 e 5 anos. A maior cobertura, acima de 95%, está na faixa dos 6 aos 14 anos. Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 já determinava o ensino fundamental obrigatório dos 7 aos 14 anos, com a diminuição na idade de ingresso para 6 anos com a Emenda Constitucional n. 53, de 2006.

A cobertura observada na faixa dos 15 aos 17 anos se aproxima da observada para a faixa dos 4 a 5 anos, em torno de 80%. Este índice mostra o desafio a ser

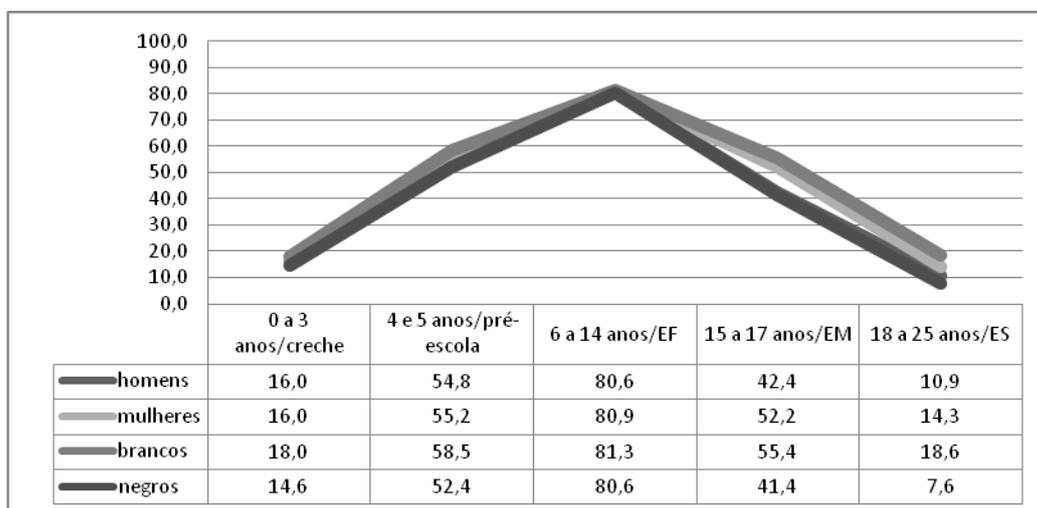
⁴ TFB (Taxa de Frequência Bruta): número de pessoas matriculadas em determinado nível de educação, independentemente da idade, expresso como porcentagem da população pertencente a faixa etária oficial relevante.

TFL (Taxa de Frequência Líquida): número de pessoas matriculadas na faixa etária oficial para determinado nível de educação e que frequentam esse nível, expresso como porcentagem da população total pertencente a essa faixa etária.

superado por Estados e Municípios para a garantia da educação obrigatória na faixa dos 4 aos 17, presente na legislação pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009 e que deverá ser ofertada de forma universal até 2016.

Um cuidado na leitura do gráfico é que ele indica apenas que determinada faixa de idade “frequenta escola ou creche” não informando se a referida pessoa encontra-se na etapa de escolarização adequada⁵: pode ocorrer de uma pessoa negra, de 18 anos, estar frequentando o ensino fundamental, ou qualquer etapa de escolarização. O gráfico 2 apresenta as informações das taxas líquidas de frequência (TLF) que considera as idades adequadas na sua construção.

Gráfico 2. Taxa líquida de frequência à escola ou creche por sexo e cor/raça, faixa de idade e etapa de escolarização. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

Os brancos apresentam as melhores taxas em todas as etapas. Na análise para o ensino médio, as maiores diferenças são encontradas para as mulheres, 9,8 pontos a mais no comparativo com os homens e 14 pontos favorável aos brancos em relação aos negros. As taxas caem de forma significativa na análise para o ensino superior: no melhor panorama, para os brancos, menos de 20% dos jovens frequentam esta etapa de escolarização na idade esperada, para o grupo dos negros, são menos de 10%. A diferença por sexo no ensino superior fica no valor de 3,4%, favorável às mulheres.

⁵ Considera-se como idades adequadas: 0 a 3 anos – creche; 4 e 5 anos – pré-escola; 6 a 14 anos - ensino fundamental; 15 a 17 anos - ensino médio; e 18 a 24 (ou 25) anos – ensino superior.

Desta forma, considerando os percursos escolares por sexo e cor/raça, há uma maior presença de mulheres e brancos no ensino superior.

Comparando os indicadores do ensino médio e do ensino superior

O quadro 1 complementa o panorama do ensino médio comparando as coberturas para a faixa dos 15 aos 17 anos, entre os censos de 2000 e 2010.

Quadro 1. Cobertura de frequência na faixa de idade dos 15 aos 17 anos. Brasil, 2000 e 2010.

15 a 17 anos	2000		2010		Variação
	N	%	N	%	
Frequenta Ensino Médio	3.688.914	44,0	4.895.704	56,7	32,7
Frequenta escola	8.335.926	77,7	8.626.302	83,3	3,5
Não frequenta escola	2.391.112	22,3	1.727.518	16,7	
Total da população	10.727.038		10.353.820		-3,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

Os valores indicam uma melhora no fluxo escolar, com uma variação de 32,7% de jovens que frequentam o ensino médio na idade esperada. Considerando que o total da população entre 2000 e 2010 teve um decréscimo de 3,5%, no intervalo de 15 a 17 anos, a variação toma uma dimensão um pouco maior. Por outro lado, são aproximadamente 1 milhão e 700 mil jovens, que pela legislação em vigor deveriam frequentar a escola e não o fazem. Krawazyk (2011) apresenta um panorama do ensino médio na atualidade e discute os desafios postos para essa etapa. Segundo o autor:

Seja pela demanda provocada pelo contexto econômico mais amplo (reordenamento internacional) ou de cada sujeito (empregabilidade), seja pela demanda resultante das políticas de priorização do ensino fundamental, o ensino médio tem se expandido e explicitado novos desafios (KRAWAZYK, 2011, p. 85).

Os novos desafios propostos pela autora devem incluir uma discussão do currículo do ensino médio, considerado desinteressante pelos jovens e que pode ser um dos fatores contribuintes para as altas taxas de evasão nesta etapa de escolarização e a fragmentação dos conhecimentos, organizados em um conjunto amplo de disciplinas estanques ofertadas nas atuais grades de ensino⁶.

⁶ Ver ZIBAS, 2005; CASTRO, 2008; NOSELLA, 2011.

O quadro 2 apresenta informações para um conjunto de variáveis selecionadas comparando as coberturas para o ensino médio ou ensino superior entre 2000 e 2010, independentemente da idade em que a pessoa a frequenta.

Quadro 2. Pessoas que frequentam o ensino médio ou a graduação para um conjunto de variáveis. Brasil 2000 e 2010.

	Frequenta o ensino médio					Frequenta a graduação				
	2000		2010		Variação	2000		2010		Variação
	N	%	N	%		N	%	N	%	
Sexo										
homem	3.541.520	45,2	4.088.576	46,1	15,4	1.244.796	43,5	2.667.420	43,0	114,2
mulher	4.291.443	54,8	4.786.967	53,9	11,5	1.619.250	56,5	3.529.896	57,0	118,0
Cor/raça										
branco	4.578.935	58,5	4.101.430	46,2	-10,4	2.249.155	78,5	3.906.163	63,0	73,7
negro	3.146.924	40,2	4.646.673	52,4	47,6	559.906	19,5	2.187.707	35,3	290,7
Sexo e cor/raça										
mulher branca	2.486.146	31,7	2.191.823	24,7	-11,8	1.265.076	44,2	2.187.400	35,3	72,9
homem branco	2.092.789	26,7	1.909.607	21,5	-8,7	984.079	34,4	1.718.764	27,7	74,6
mulher negra	1.747.488	22,1	2.522.531	28,4	44,3	324.951	11,3	1.283.236	20,7	294,9
homem negro	1.399.436	17,9	2.124.143	24,7	51,7	234.955	8,2	904.471	14,6	284,9
Região										
Nordeste	1.831.588	23,4	2.490.394	28,1	35,9	473.802	16,5	1.307.228	21,1	175,9
Sudeste	3.693.190	47,1	3.771.318	45,2	2,1	1.433.810	50,1	2.805.373	45,3	95,7
Total *	7.832.963	100,0	8.875.543	100,0	13,3	2.864.046	100,0	6.197.316	100,0	116,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

Uma primeira observação é que é no ensino superior que a expansão ocorre de forma mais intensa, com uma taxa de variação de 116,4% frente uma ampliação de 13,3% no ensino médio. Para a compreensão dessas diferenças é importante retomar que nos últimos 10 anos o acesso ao ensino superior, com a abertura e expansão de vagas nas instituições públicas, mas principalmente em privadas, atendeu uma parte de uma demanda contida e elevada, enquanto o acesso ao ensino médio tem um atendimento histórico anterior nas políticas educacionais públicas.

No comparativo por sexo não se observam diferenças relevantes. As mulheres são maioria nas duas etapas e nos dois períodos. Esta realidade já é descrita desde os anos 2000 com as publicações de Rosenberg (2001), Carvalho (2004).

As desigualdades entre brancos e negros, com uma menor presença de negros tanto no ensino médio como no ensino superior é verificada pelas taxas de acesso nos períodos e complementada com as análises da interface sexo e cor/raça. Os negros ampliaram seu acesso ao ensino médio no período analisado em 47,6%, com maiores variações para os homens negros e mulheres negras. Na análise para o ensino superior, as taxas para os negros melhoraram significativamente, mas ainda estão distantes da participação dos negros na população brasileira, em 2000 os negros totalizavam 44,6% e em 2010, 50,9% da população. Assim, uma ampliação de 290,7% no acesso de negros no ensino superior entre os períodos deve ser “comemorada” com ressalva, dados que os negros ainda representam menos de 21% para o grupo de mulheres e menos de 15% para os homens. O quanto dessa ampliação deve-se as políticas de ação afirmativas, adotadas por instituições públicas e privadas na última década ou a expansão do ensino privado, que permitiu o acesso de uma parte significativa da população (de pobres e negros) pelo barateamento dos cursos? São questões fundamentais que demandam estudos específicos que saem do escopo desta pesquisa.

Nas análises por região, o sudeste apresenta as melhores taxas de cobertura, apesar de ser a região nordeste a que apresenta no período, a maior variação, 175,9%. Para complementar essa análise, é importante ressaltar que 70% da população nordestina se autodeclara pretos ou pardos (negros), e sendo a região com menor cobertura de atendimento, esta condição influencia diretamente na participação dos negros nas duas etapas apresentadas.

O fluxo do ensino médio para o ensino superior

Outra possibilidade de análise dos resultados são indicadores que mensurem a possibilidade de passagem de uma etapa para outra, considerando que o ensino médio é condição para o acesso ao ensino superior (quadro 3). As informações são apresentadas para os quatro grupos de sexo e cor/raça: homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras a partir dos resultados do censo de 2010.

Quadro 3. Taxas de passagem do ensino médio para o ensino superior por sexo e cor/raça. Brasil 2010.

Sexo e cor/raça	Proporção – concluintes do ensino médio e acesso ao ensino superior* (de cada 100 pessoas)
Homem branco	100 - 47
Homem negro	100 - 26

Total homem**	100 - 38
Mulher branca	100 - 51
Mulher negra	100 - 30
Total mulher**	100-41
Total branca	100 - 49
Total negra	100 - 28
Total	100 - 38

Fonte: Microdados de censo Demográfico 2010 – IBGE. Nota: * Proporção de pessoas de 18 a 24 anos com ensino médio concluído que cursam o ensino superior. Cálculo $A/A+B$, sendo A = pessoas que cursam ou cursaram o ensino superior na idade definida; B = pessoas que concluíram o ensino médio, mas não cursam e nem cursaram o ensino superior na idade definida. ** total dos grupos, incluindo os amarelos, indígenas e sem declaração de cor.

O quadro foi organizado para mostrar que há um público potencial que terminou o ensino médio e que pode acessar o ensino superior e que isso não ocorre. De cada 100 homens brancos (e sequencialmente as outras configurações de sexo e cor/raça) que terminaram o ensino médio, 47 estão no ensino superior; de cada 100 homens negros, só 26 estão no ensino superior. As taxas para as mulheres brancas e negras são melhores no comparativo com os homens brancos e negros. Assim, o perfil daqueles que acessam o ensino superior é marcado primeiro pela cor/raça e depois pelo sexo. Esta forma de medição das desigualdades permite comparar desempenhos (no caso, acesso ao ensino superior) a partir de um mesmo valor inicial: 100 pessoas com igual potencial – conclusão do ensino médio - para acesso ao nível de escolarização seguinte. Destes quantos realmente alcançam a etapa subsequente de escolarização?

Como esses diferenciais iniciados no ensino médio e consolidados no ensino superior chegam à pós-graduação?

A pós-graduação é a etapa mais elevada e de acesso restrito no ensino superior brasileira. Entendida como um espaço privilegiado de construção de saberes e conhecimentos socialmente valorizados, os entraves para os negros e homens observadas desde o ensino médio se fazem presentes, de forma consolidada, também nesse nível. Isto pode ser confirmado com uma preocupação apresentada no sexto e último Plano Nacional de Pós-Graduação, que compreende o período de 2011 a 2020. O Plano em vigor apresenta pela primeira vez uma preocupação explícita com a oferta e qualidade das etapas antecedentes, tendo por foco o ensino médio:

Os efeitos decorrentes do esforço realizado pelos sistemas educacionais nas três esferas administrativas, federal, estadual e municipal apesar de terem sido importantes para melhorar a ampliação do acesso, não foram suficientes para melhorar a qualidade e nem mesmo garantir a permanência, por exemplo, no ensino médio, onde as taxas de evasão ainda são alarmantes. (PNPG, 2011, p. 166).

Segundo Barreto e Domingues (2012), o Brasil tem a oportunidade de “pagar” na próxima década a dívida social e criar uma sociedade de bem-estar social se vencer duas barreiras sistêmicas:

O apagão do ensino médio que deixa mais da metade da população fora do sistema e o gargalo do ensino superior, com 13% dos jovens na universidade, a maioria no sistema privado, sem tradição em pesquisa e incapaz de disseminar a cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação (BARRETO E DOMINGUES, 2012, P. 27).

Apesar da preocupação com a situação da educação, particularmente, o ensino médio, não há no texto do atual PNPG nenhuma indicação de quem são os “atores” que não acessam os níveis mais elevados de escolaridade, isto é, quais são as suas características por sexo, cor/raça, idade ou renda. Ao tratar das assimetrias, assim como nos planos anteriores, é ressaltada apenas as assimetrias regionais. Desde o 1o PNPG a distribuição desigual de cursos e programas nas diferentes áreas geográficas está posta, concomitante com as outras assimetrias presentes nas áreas sociais e econômicas, segundo os planos, as regiões Sudeste e Sul apresentando-se como as mais desenvolvidas e a Norte e Nordeste como as mais carentes.

Apesar da ausência no corpo do texto do último PNPG de outras assimetrias que caracterizariam o público que acessa e frequenta a pós-graduação, é apresentado em um pequeno texto na síntese final do plano, citando as outras assimetrias:

A oferta ainda é insuficiente, a qualidade ainda é baixa e constata-se uma grande desigualdade quando a comparação é feita levando-se em consideração alguns fatores como a questão regional, o pertencimento étnico, o gênero, a sexualidade, a condição social, dentre outros. (Brasil, PNPG, 2010, p. 164).

No quadro seguinte é possível observar que o acesso à pós-graduação é bem mais restrito, no comparativo com as possibilidades de acesso ao ensino superior (quadro 3), tanto para brancos como para negros. A taxa de acesso ao mestrado para negros é de 4,1 para cada grupo de 100 graduados; enquanto para os brancos é de 5,3. Como ressaltado anteriormente a desigualdade de acesso à escola para os negros é

indiscutível, porém a desigualdade de acesso à pós-graduação não tem origem no ensino superior e sim em etapas anteriores.

Quadro 4. Taxas de passagem do ensino superior para o mestrado por sexo e cor/raça. Brasil 2010

Sexo e cor/raça	Proporção – concluintes no ensino superior por estudante no mestrado* (de cada 100 pessoas)
Homem branco	100 - 6 (6,2)
Homem negro	100 - 5 (5,2)
Total homem**	100 - 6 (5,9)
Mulher branca	100 - 5 (4,7)
Mulher negra	100 - 4 (3,6)
Total mulher**	100 - 4 (4,4)
Total branca	100 - 5 (5,3)
Total negra	100 - 4 (4,1)
Total	100 - 5 (5,0)

Fonte: Microdados de censo Demográfico 2010 – IBGE. Nota: * Proporção de pessoas de 21 a 55 anos com ensino superior concluído que cursam o mestrado na pós-graduação. Cálculo $A/A+B$, sendo A = pessoas que cursam ou cursaram o mestrado na idade definida; B = pessoas que concluíram o ensino superior, mas não cursam e nem cursaram o mestrado na pós-graduação na idade definida. ** total dos grupos, incluindo os amarelos, indígenas e sem declaração de cor. Estudantes de mestrado na pós-graduação na faixa de 21 a 55 anos representam 93,6% do universo de estudantes

Ao contrário do observado nas etapas anteriores de escolaridade, as mulheres apresentam um desempenho aquém do observado para os homens: a relação é de seis homens para cada grupo de 100 graduados e quatro (4,4) mulheres. Este resultado demanda uma reflexão que considere os espaços de construção dos conhecimentos, no caso, a pós-graduação, com um espaço historicamente masculino e que paulatinamente as mulheres têm ocupado. Melo e Oliveira (2006) e Aquino (2006), apresentam um conjunto de fatores para compreensão desses diferenciais: desde as diferentes escolhas nas carreiras para homens e mulheres, até fatores como a difícil conciliação entre carreira e família, assim como a própria origem androcêntrica da ciência e da aquisição de conhecimentos socialmente valorizados.

No recorte por cor/raça, as distâncias entre negros e brancos parecem ser menores do que na etapa anterior, da graduação. Estes resultados não indicam que o acesso à pós-graduação seja mais equitativo, o que ocorre é que como se cria um patamar de partida igual para os dois grupos (100 concluintes no ensino superior) associado a uma menor oferta ou acesso a pós-graduação, as distâncias acabam se

aproximando. O acesso à pós-graduação é também mais difícil para os negros, mas os maiores entraves em seus percursos escolares encontram-se em etapas anteriores de escolarização, principalmente na passagem do ensino médio para o ensino superior, como demonstrado nesse estudo.

Considerações Finais

As desigualdades de acesso à escola por cor/raça têm encontrado na etapa da graduação um espaço fértil de discussões, proposições e ações. Políticas públicas têm sido implementadas com vistas a maior participação dos negros neste espaço, considerado como locus para a construção de conhecimentos e saberes, um espaço valorizado socialmente e que permite uma maior qualidade de vida, associada a melhores colocações profissionais. O intento deste trabalho é trazer para a discussão os gargalos educacionais, diferenciados para brancos e negros, nas fases anteriores de escolarização, em especial durante o ensino médio. Pensar em políticas públicas que ampliem a participação de negros no ensino superior deve trazer para a pauta também o acesso e permanência diferenciados para brancos e negros na etapa imediatamente anterior de escolarização. Que ensino médio tem sido frequentado pelos negros? Como é a oferta de escolarização nas regiões com maior presença de negros: Norte e Nordeste do país? Somente com uma participação equitativa e de qualidade no ensino médio é que as desigualdades no ensino superior serão enfrentadas de forma mais eficiente e eficaz.

Referências

AQUINO, Estela M. L. Gênero e ciências no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca de equidade. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa*. Brasil, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BARRETO, Francisco Cesar de Sá; DOMINGUES, Ivan: O PNPGE 2011-2020: Os desafios do país e o Sistema Nacional de Pós-graduação. *Educação em Revista* v. 28, n. 03, p. 17-53, set 2012

BELTRÃO, Kaizo; TEIXEIRA, Moema de P. *O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Texto para discussão, RJ, IPEA, outubro de 2004.

BRASIL, *Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020* Ministério da Educação, Brasília, dez. 2010.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, SP, v. 22, p. 247-290, 2004.

CASTRO, Claudio de Moura. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, mar. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362008000100008>.

CUNHA, Estela Maria Garcia Pinto. *Brasil está reduzindo suas disparidades raciais?* XVIII, ABEP, 2012.

ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 28, abr. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100003>.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. *Textos para discussão*, n. 807, Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

KRAWAZYK, Nora. Reflexões sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144 jan/abril 2011.

MELO, Hildete Pereira; OLIVEIRA, André. A produção científica brasileira no feminino. Dossiê gênero na Ciência. *Cadernos Pagu*, (27), jul-dez de 2006, p. 301-331.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, dez. 2011 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 fev. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>.

PAIXÃO, Marcelo (Org). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010*, UERJ, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos feministas*, n. 2. Florianópolis, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo, in BARSTED, Leila L; PITANGUY, Jacqueline. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010* / Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-424.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. MARCONDES, Mariana (Org.) *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, IPEA 2013.

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 – 2007. In: THEODORO, Mario (org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*, IPEA, 2008.

VALLE, Nelson; Carlos, HASENBALG. *Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados*, vol.43, no.3, p.423-445, 2000.